

**INSULARIDADES RIBEIRINHAS E À BEIRA-RIO:
EXPRESSÕES DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA NA AMAZÔNIA
METROPOLITANA**

“RIBEIRINHAS” INSULARITIES AND RIVERSIDE INSULARITIES: EXPRESSIONS
OF THE SOCIETY-NATURE RELATIONSHIP IN SPACES UNDER METROPOLITAN
INFLUENCE IN THE AMAZON REGION

INSULARIDADES RIBEREÑAS Y INSULARIDADES UBICADAS EN LAS ORILLAS
DE LOS RÍOS: EXPRESIONES DE LA RELACIÓN ENTRE SOCIEDAD Y
NATURALEZA EN LA AMAZONÍA METROPOLITANA.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior¹

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues²

Resumo: A partir das especificidades dos espaços insulares de Belém (PA), o artigo tem como objetivo discutir a relação sociedade-natureza considerando os processos de urbanização que definem a produção do espaço na Amazônia. Mostram-se as ilhas como ambientes rurais, urbanos e híbridos, articuladas a diferentes circuitos da economia urbana. Sugere-se, igualmente, uma tipologia desses espaços pautada na complexidade de usos e de formas espaciais, responsáveis por promover tensões entre elementos das urbanidades e das insularidades que, ora se colocam como resistências ao processo de metropolização, ora vão ao encontro desse mesmo processo. Por fim, problematizam-se as tendências de apropriação desses espaços insulares em face das políticas urbanas, ambientais e de turismo que neles repercutem. Para o estudo lançou-se mão da revisão bibliográfica teórico-conceitual de temas, teorias, conceitos e noções pertinentes; revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico da área de estudo; levantamento de dados secundários sobre a região insular de Belém, como também a respeito das políticas públicas, além da observação sistemática em campo sobre a interação cidade-rio-várzea-floresta.

Palavras-chave: Espaços Insulares. Sociedade. Natureza. Urbanização. Belém.

Abstract: Looking at the specificities of the insular spaces in Belém (PA), the article aims to discuss the society-nature relationship considering the urbanization processes that define the production of space in the Amazon. The islands are seen as rural, urban and hybrid environments, articulated to the different circuits of the urban economy. It is also suggested a

¹ Geógrafo, Doutor em Geografia e Bacharel em Direito. Professor titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Belém/PA. Email: stclair@ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1762041788112837>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6390-665X>

² Turismóloga e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém/PA. E-mail: agflaviana@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2418453374423378>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2566-7306>

typology of those spaces based on the complexity of uses and spatial forms, which are responsible for promoting tensions between elements of the urbanities and of the insularities, sometimes resisting the metropolization process, but sometimes also meeting with it. Finally, the tendencies of appropriation of these insular spaces are problematized in the face of the urban, environmental and tourism policies that affect them. For this study, the following methodological procedures were used: a theoretical-conceptual literature review of themes, theories, concepts and notions; a historical-geographical literature review of the area of study; a secondary data collection concerning the insular region of Belém and the public policies; and a systematic field observation of the city-river-“várzea”-forest interaction.

Keywords: Island spaces. Society. Nature. Urbanization. Belém.

Resumen: Partiendo de las especificidades propias de los espacios insulares de Belém (PA), este artículo se propone discutir sobre la relación sociedad-naturaleza tomando en cuenta los procesos de urbanización que definen la producción del espacio en la Amazonía. Las islas se presentan como ambientes tanto rurales como urbanos e híbridos, relacionadas a diversos sistemas de economía urbana. También se apunta una tipología de esos espacios en correspondencia a la complejidad de usos y formas espaciales, responsables por la producción y diseminación de tensiones entre elementos de urbanidades y de las insularidades que en algunas ocasiones se sitúan como resistencia al proceso de metropolización y en otras, caminan en dirección al mismo. Finalmente, se problematizan las tendencias de apropiación de tales espacios insulares frente a las políticas urbanas, ambientales y de turismo que los afectan. Para el estudio se hizo uso de revisión bibliográfica teórica-conceptual de temas, teorías, conceptos y nociones pertinentes; revisión bibliográfica de carácter histórico-geográfico del área de estudio; sistematización de datos secundarios sobre la región insular de Belém, así como lo relacionado a las políticas públicas; así como a observación sistemática de campo sobre la interacción ciudad-río-zonas inundables-selva.

Palabras clave: Espacios insulares. Sociedad. Naturaleza. Urbanización. Belém.

Introdução

Na Amazônia, a multidimensionalidade da vida ribeirinha mais tradicional cede lugar gradativamente à vida urbana mais programada (LEFÈBVRE, 1991). Nela as interações com o rio tendem a se confinar à dimensão contemplativa de sua paisagem e a compor cenários que fazem apelo à natureza, mas que pouco interagem com ela, a ponto de transformar espaços antes ribeirinhos em espaços urbanos apenas localizados à beira-rio.

Esta problematização é aqui considerada³ levando-se em conta a porção insular do Município de Belém. A partir das especificidades desse espaço, busca-se discutir a relação sociedade e natureza na perspectiva dos processos de urbanização e de metropolização que colocam em xeque a noção de sustentabilidade que normalmente se faz presente nas intenções

³ Este trabalho resulta de pesquisas financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, e integra o projeto intitulado “Geografias e epistemologias do Sul: Amazônia, olhares críticos em perspectiva”, sob responsabilidade do primeiro autor do artigo na condição de bolsista de produtividade em pesquisa da mesma instituição de fomento.

que se voltam para a Amazônia. Para o estudo lançou-se mão da revisão bibliográfica teórico-conceitual de temas, teorias, conceitos e noções pertinentes; revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico e levantamento de dados secundários sobre a região insular de Belém, como também a respeito das políticas públicas; além da observação sistemática da paisagem sobre a interação cidade-rio-várzea-floresta.

Busca-se, assim, mostrar, em um primeiro momento, as ilhas como ambientes com conteúdo rurais, urbanos e híbridos, caracterizando-se, em seguida, histórica e geograficamente esses espaços. A partir da articulação que apresentam com os diferentes circuitos da economia, sugere-se, posteriormente, uma tipologia desses espaços, que revela, por sua vez, a tensão entre a urbanidade que nelas se projeta e as insularidades diversas que, ora se colocam como resistências a essa urbanização, ora vão ao seu encontro. Por fim, tendo em vista o mosaico diferenciado de usos e de apropriações socioespaciais existentes, problematizam-se esses espaços insulares em face das políticas urbanas, ambientais e de turismo que se fazem presentes na escala metropolitana de Belém.

Insularidades, entre ruralidades e urbanidades

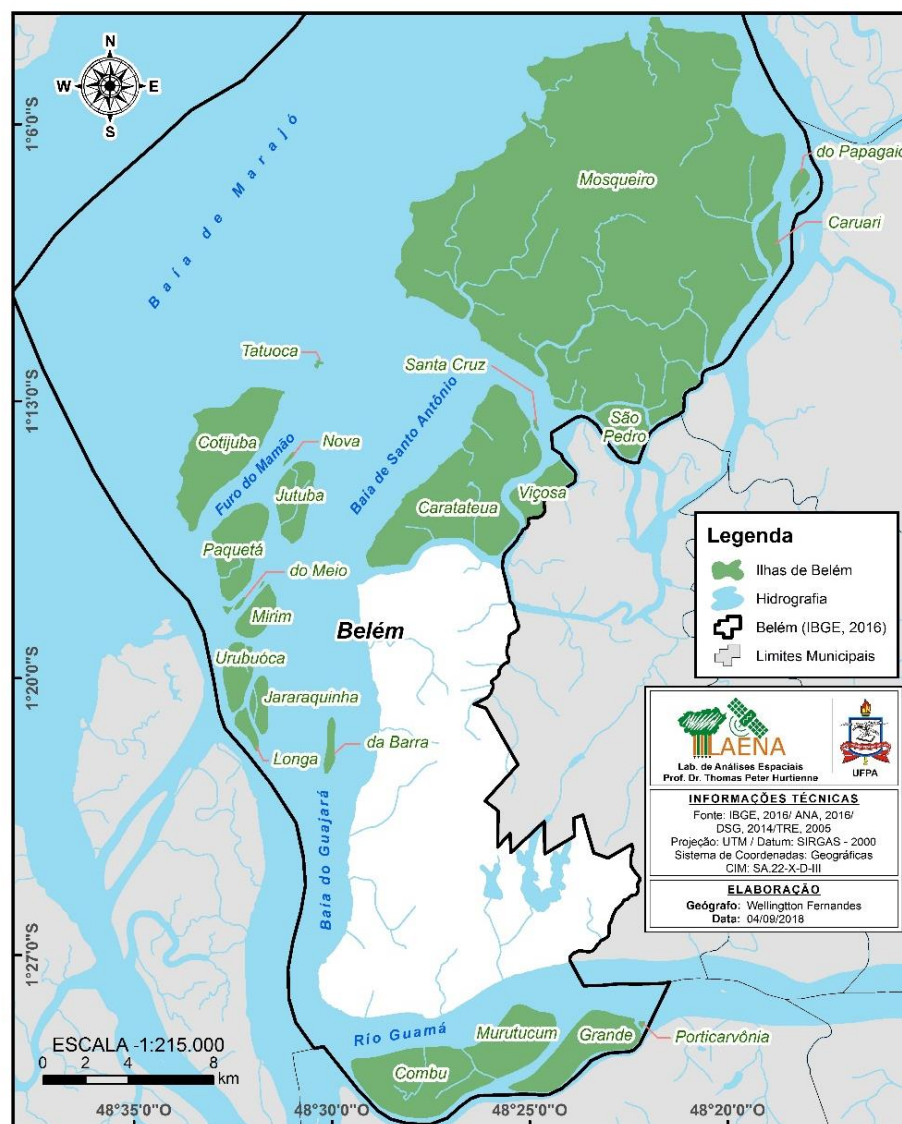
Belém, a capital do Estado do Pará, apresenta uma porção insular⁴ que vem sofrendo a influência do modo de vida urbano do entorno, principalmente pela inserção de novos processos e dinâmicas que vão de encontro ao modo de vida intimamente ligado às vivências com os rios que a banha.

A população da região insular habita esses locais há bastante tempo, tendo no pescado e na extração de frutas, como o açaí, algumas das principais fontes de renda e de subsistência. Da mesma forma, as relações de vizinhança e de proximidade nessas ilhas também são muito expressivas, pois a maioria dos moradores das comunidades existentes se conhece e divide experiências cotidianas. O rio, os portos e os trapiches existentes fortalecem essa condição e essas relações.

⁴ De acordo com dados apresentados pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2008), Belém possui 43 ilhas, distribuídas geograficamente em quatro regiões: a) ao norte encontram-se quinze ilhas, com destaque para as ilhas de Mosqueiro e São Pedro, por suas extensões como , no caso da primeira, pelo grande número de praias, procuradas para veraneio, principalmente, no período de férias escolares; b) ao centro-leste são encontradas três, destacando-se a de Caratateua ou Outeiro, a maior das ilhas dessa região, conhecida também por suas praias muito procuradas por banhistas aos finais de semana; c) o extremo-leste é composto por dezessete ilhas, sendo as mais importantes, Cotijuba, Tatuoca, Jutuba e Urubuoca ou Paquetá-Açu; d) ao sul são encontradas oito ilhas, sendo as mais extensas, as de Cintra ou Maracujá, Combu, Murutucu e Grande. As de maior extensão podem ser visualizadas no Mapa 1.

Para os que percorrem as ilhas pela primeira vez nem sempre é possível captar, em um primeiro momento, a densidade de influências e relações urbanas presentes⁵. Tais interferências se dão pela produção de uma cotidianidade que cria espaços voltados para o consumo da natureza, onde prevalece a força das imagens e da razão estética. Na maioria das vezes, busca-se atender a interesses de parcelas específicas da população, colocando os residentes em condição de subordinação em face das novas lógicas que se impõem.

Mapa 1 - Belém: localização das principais ilhas



Fonte: ANA (2015); IBGE (2016); LAENA (2018).
Elaboração: Wellington Augusto Andrade Fernandes (2018).

⁵ Exemplo disso é o Projeto Street River de Arte Urbana, voltado para a pintura em grafite de residências na Ilha do Combu. Não obstante a importância social do projeto e a beleza da arte expressa nas fachadas das casas ribeirinhas que encantam os visitantes ao mesmo tempo em que aproxima a vida urbana da rural, traduz para o local conteúdos metropolitanos até então pouco presentes no cotidiano e na cultura insular.

Diante disso, faz-se necessário considerar que não é possível pensar o rural e o urbano como elementos separados. Urge estabelecer entendimentos dialéticos a respeito das interações entre eles e das complexidades socioespaciais delas decorrentes. É nessa direção que a relação paisagem e espaço nos ajuda a discutir aparência e essência, problematizando a relação forma e conteúdo na dimensão espacial dessas ilhas⁶.

Para Santos (2014), a complexidade das práticas sociais reproduzidas no espaço se dá por meio da ideia de sistemas de objetos - que se situa no plano da tecnosfera - e sistemas de ações - que inclui o plano da psicosfera, dos comportamentos e valores, portanto. Às vezes, a tecnosfera de uma ilha, com muito verde e elementos da natureza, como os corpos hídricos e a exuberância florestal, possui valores de uma psicosfera urbana e, mais propriamente, metropolitana. Nesse sentido, o sistema técnico e o de comportamentos precisam ser pensados para além de sua forma fenomênica, aparente, de como nos é apresentada.

Muito comum tem sido, entretanto, o estabelecimento de um olhar sobre as ilhas a partir de referências externas e nem sempre condizente com o que eram os rios no passado, a exemplo de como foi descrito por Paulo André Barata e Ruy Barata (s.d) na letra de música “Esse rio é minha rua”. De valor poético inestimável, retrata-se aí um belo olhar artístico de quando o rio ainda estava pouco transformado e impactado pela via metropolitana contemporânea. A difusão da sociedade urbana (LEFÉBVRE, 1999) pode levar, entretanto, a uma banalização dessa interpretação artística sobre os cursos fluviais, especialmente em discursos que difundem o lazer programado e o turismo de massa nesses espaços.

Em tais discursos projeta-se uma perspectiva da vida ribeirinha a partir de um olhar da cidade. Ao comparar o rio à rua, o olhar etnocêntrico de alguns agentes do mercado e da vida urbana mais programada, pode não traduzir necessariamente a natureza diferenciada de ambos. Se na poesia essa comparação é plenamente possível, na proposição de políticas públicas, a tradução dos rios como ruas pode levá-los à inserção em estratégias de desenvolvimento que impliquem no comprometimento da vida biológica e social que neles se realizam de forma relativamente saudável. A rua hoje na metrópole é principalmente fluxo, movimento, rapidez, circulação, fugacidade e, até mesmo, desencontro; o rio, na vida insular amazônica, não resume

⁶ Conforme Santos (2008), o espaço é, ao mesmo tempo, forma e conteúdo. Como forma espacial tem-se a cidade e o campo, por exemplo. Na dimensão dos conteúdos situa-se o urbano e o rural, que podem estar presentes tanto em uma como em outra daquelas formas. Na presente reflexão, propomos falar também de espaço insular, que, em Belém, reúne elementos às vezes rurais, às vezes urbanos, e, na maior parte das vezes, ambos. Daí melhor identificarmos seus conteúdos como insularidades, definidoras desses híbridos que não se negam necessariamente.

sua funcionalidade e uso à mera circulação. Nesse aspecto em específico, esse rio não é necessariamente a nossa rua, ainda que possa vir a se tornar.

É preciso considerar, entretanto, que, ainda hoje, nas ilhas de Belém, a natureza assume vários sentidos, a exemplo do elemento hídrico, que é múltiplo nas suas funcionalidades e representações. Os espaços ribeirinhos remetem a um tipo de relação sociedade e natureza, principalmente, a partir da necessidade de quem interage cotidiana e organicamente com ele. Nesse caso, o valor de uso ganha maior importância e as interações tendem a ser mais próximas, diretas e familiares; daí o uso múltiplo que a ele se confere, levando ao usufruto de suas potencialidades e dimensões diversas: via de circulação, fonte de recursos, espaço de uso doméstico, lugar de lazer e de manifestações lúdicas e também referência para representações culturais, como lendas, mitos, encantados etc.

Hodiernamente, evidencia-se a tendência de subtração desses usos, em especial, quando um determinado tipo de urbanidade mais padronizada se projeta sobre a vida insular. Cada vez mais consumidos e (re)significados pelo planejamento urbano e regional, esses espaços sugerem fortes apelos turísticos e de lazer modernos que reproduzem tendências mundiais quanto a formas de ludicidade associadas ao entretenimento mais programado e articulado a estratégias diferenciadas de reprodução econômica.

As ações, nesse sentido, voltam-se principalmente para o aproveitamento das paisagens à beira-rio que propriamente para os espaços existentes e para a plenitude de seus modos de vida, pouco preservando ou potencializando, assim, os usos e expressões tradicionais de existência humana que neles ainda se encontram enraizadas. É nesse sentido que se pode falar de interações com o rio a partir de duas perspectivas que se distanciam: a ribeirinha e a beira-rio. Entender tal distanciamento exige considerar, mesmo que de forma breve, a formação histórica e espacial dessas ilhas, conforme faremos a seguir.

As ilhas em uma perspectiva histórico-espacial

No lugar onde se fundou Belém em 1616 havia importantes grupos indígenas⁷, aos poucos desterritorializados para a formação da cidade. Após a fundação, auxiliados pelas missões religiosas, os colonizadores passaram a usar a mão de obra indígena na edificação de conventos, hospitais, casas e armazéns; assim como para caçar, pescar e coletar alimentos nas

⁷ No espaço ocupado por índios Tupinambás, também se encontravam grupos de índios Parauassú, Guamiaba e Capim (HURLEY, 1940 apud MIRANDA, 2015).

matas do entorno (MOREIRA, 2010). Nesse momento, possivelmente, as ilhas próximas passaram a integrar a lógica de produção do espaço belenense.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o rio e a floresta significavam mais que desafios. Eram oportunidades de exploração das riquezas, o que seria impossível sem a participação indígena (COSTA, 2013). Com a diminuição do poder da igreja, o projeto político mercantilista estabelecido por Portugal reduziu a escravidão desse grupo, incorporando-o aos demais existentes nas cidades, de modo a garantir o crescimento contínuo da população (SOUSA, 2002). Com práticas sociais silenciadas e com alastramento de epidemias, as diversas etnias indígenas passaram a criar cenários de tensões, revoltas e fugas para o entorno da cidade e o interior da floresta.

Também nesse contexto, o tráfico de africanos passa a ser organizado, encaminhando-se parte do contingente escravo para as fazendas que se instalavam nas ilhas e demais arredores (SILVA, 2012). As condições sub-humanas e o tipo de trabalho a que eram submetidos logo causaram profunda revolta, provocando novos embates e fugas (PERES; AZEVEDO, 2015).

O emprego de forças militares para a caça de escravos era constante, com incursões à Ilha de Mosqueiro, ao Distrito de Barcarena, à Ilha das Onças, aos cursos dos Rios Guamá e Capim, à procura de contingentes “rebeldes” com o objetivo de prender os fugitivos (BEZERRA NETO, 2001). Essa situação foi reforçada pela instabilidade fundiária, haja vista a intensificação de sesmarias nas ilhas e demais entornos de Belém, principalmente às margens dos rios Guamá, Acará e Moju. Conferia-se o direito privado do uso do solo para ocupantes sesmeiros oficiais, desconsiderando-se que nesses espaços já haviam outros grupos de habitantes (DERGAN, 2006).

Mais adiante, com o movimento da Cabanagem (1835 a 1840), intensifica-se a luta por melhores condições de vida na Província do Pará. As ilhas de Belém passaram, então, a ser palcos de enfrentamentos e refúgios tanto de cabanos quanto das tropas legais da colônia (CASTRO; CAMPOS, 2015). E, em razão de seu componente florestal, desempenharam papel fundamental para o abrigo dos revoltosos.

Posteriormente, com o fim do levante cabano, somente no final do século XIX a capital paraense voltou a ter destaque nacional e internacional impulsionado pela extração e exportação da borracha, entre os anos de 1850 a 1920, apresentando crescimento econômico diferenciado e intenso processo de urbanização. Das ilhas do entorno seguiam para o continente diversas embarcações, carregadas de produtos para o abastecimento urbano (MACEDO, 2009). Em

contrapartida, começavam a ser influenciadas pela vida da cidade, configurada sobretudo nos moldes europeus.

Nesse momento, empresas estrangeiras instalaram-se em Belém, trazendo mão de obra especializada. Os representantes desses grupos e outros belenenses abastados passavam os fins de semana e veraneio em Mosqueiro, construindo nessa Ilha residência e estabelecendo linha de transporte fluvial a vapor, de ferro-carril⁸ para a locomoção interna e um cinema (TAVARES, 2017). Na mesma Ilha os chalés de veraneio somavam-se às primeiras fábricas de produtos derivados da borracha, como a dos irmãos Bitar; e de outras matérias primas, como a Serraria Nossa Senhora de Nazareth; a Cerâmica Nossa Senhora de Nazareth; a Cerâmica Santa Maria; e uma fábrica de gelo e de redes (NÓBREGA, 2006).

Em função da política de imigração, notadamente nas ilhas de Caratateua (Outeiro), Onças, Mosqueiro e Cotijuba, ocorreu intenso povoamento. Nas ilhas menores, como Combu e Grande, destacaram-se as ocupações espontâneas por parte de imigrantes nordestinos recusados nos projetos governamentais de produção do látex ou sem condições financeiras para chegar aos seringais e castanhais (MIRANDA, 2015).

As demais, dentro das representações do regime mercantilista e industrial, foram deixadas de lado pela maioria das políticas e projetos de então, estigmatizadas por seu aspecto de natureza excessiva e pela presença de grupos marginalizados frente ao processo de civilidade proposto. Entre espaços de veraneio, de lazer, de fuga da vida urbana e de considerável produção agrícola e extrativa, as ilhas também abrigaram centros controladores do fluxo migratório, reformatórios para menores em condições de risco e prisões para violadores da ordem social (EMMI, 2009).

A partir da década de 1960, ocorreu o processo de integração regional, promovido pelo governo federal, que proporcionou impactos e mudanças consideráveis na região (BECKER, 1997). Iniciou-se a expansão urbana mais intensa e a metropolização de Belém (TRINDADE JÚNIOR, 2016), que, em um primeiro momento, não adentrou na porção insular, uma vez que o sentido de expansão se deu no sentido das vias rodoviárias, mas que as incorporou posteriormente, em especial naquelas ilhas que passaram a ser conectadas ao restante da cidade por meio de pontes.

Para os espaços insulares, o processo de metropolização repercutiu com a criação de áreas de proteção ambiental, devido principalmente às tendências ambientalistas internacionais; estabelecimento de alguma infraestrutura urbana, fruto de demandas da população local ou de

⁸ Bondinho movido à tração animal.

movimentos organizados; e a construção e expansão de vias para facilitar o acesso (MIRANDA, 2015). Se nas ilhas do Norte, como Mosqueiro e Caratateua (Outeiro), integradas ao restante do espaço metropolitano por intermédio de pontes, prevaleceram atividades de lazer e de segunda residência, em outras, como as da parte sul, a exemplo de Combu e Grande, conectadas por barcos, canoas e lanchas, perduraram práticas tradicionais de extrativismo e atividades de subsistência baseadas nos cultivos de alimentos, como milho, feijão, arroz e legumes (RODRIGUES, 2006).

A constituição de 1988 consolidou no Brasil a preocupação mundial a respeito da preservação e conservação dos recursos naturais, que também teve repercussões nos espaços insulares aqui considerados. Reforça-se o debate em torno das Unidades de Conservação, criam-se as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Estações Ecológicas (EE) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Em paralelo, ocorre a expansão das fronteiras econômicas e das políticas desenvolvimentistas.

Os estados e municípios brasileiros, seguindo essa tendência, implantaram secretarias e comissões próprias para tratar dos assuntos de interesse ambiental, como é o caso, no Pará, da antiga Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), fundada em 1988, substituída depois pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), em 2007, voltada para planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades setoriais que visem à proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente no Estado (PARÁ, 2007). O mesmo aconteceu em nível municipal, no qual as ilhas são referenciadas na Lei Orgânica e no Plano Diretor, por exemplo, como áreas de relevante interesse ecológico. Nesse caso, modificações ambientais deverão ser avaliadas no âmbito do seu impacto ecológico e regulamentadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (BELÉM, 1990).

Atualmente, observa-se que a articulação entre meio ecológico e turismo nas ilhas de Belém atrai regularmente visitantes locais e de diversas regiões, em busca de contato com a fauna, com a flora e com as populações ribeirinhas, assim como, pela possibilidade de usufruir de momentos de lazer e contemplação nesses espaços.

De espaços ribeirinhos a espaços beira-rio: permanências e mudanças

Como vimos, ao longo do processo de produção do espaço em Belém, as ilhas pertencentes ao território municipal têm sido incorporadas diferentemente à tecnosfera e à psicosfera (SANTOS, 2008) urbana que se projeta a partir da cidade, onde os elementos da

urbanização e da metropolização se encontram mais consolidados. Essa forma desigual e diferenciada, por meio da qual se manifestam aqueles processos, permitem o reconhecimento de diferentes formas de insularidades⁹.

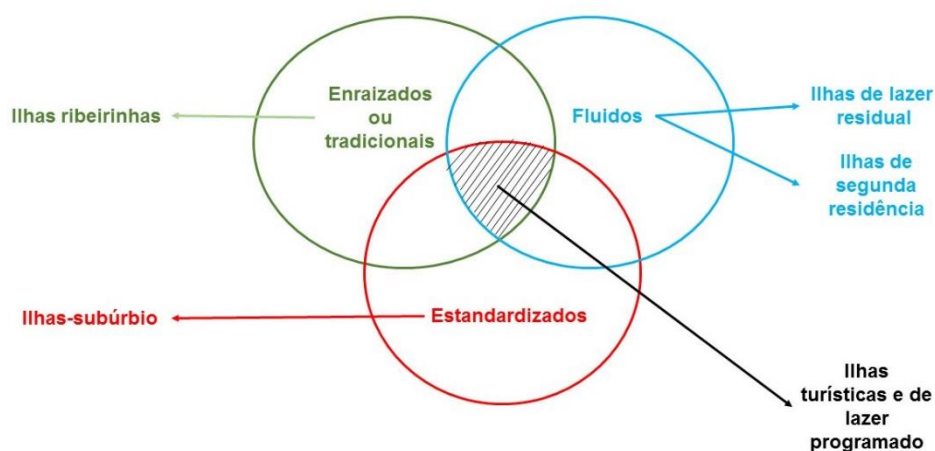
Os espaços insulares propriamente ribeirinhos, são os que se mostram mais enraizados quanto à relação que estabelecem com o rio e com a floresta. Normalmente possuem sistemas de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2008) ligados à dinâmica regional mais tradicional, cuja comunicação se dá pelo rio e cuja produção econômica é predominantemente de base extrativista e agrícola, conforme ainda é possível verificar em ilhas situadas na porção sul do território municipal.

Muito próximos destes, há os espaços insulares mais fluidos, que possuem elos comparativamente mais frágeis com o rio, com tendência à assimilação de novos processos urbanos e metropolitanos, especialmente quanto aos seus valores, situados no plano da psicosfera e, portanto, dos comportamentos, que tendem a alterar o modo de vida ribeirinho; daí porque, do ponto de vista da paisagem, novos objetos e formas espaciais também possam aí ser reconhecidos.

De qualquer forma, é do ponto de vista das interações sociais que a vida urbana se projeta de maneira mais clara, desestruturando parte das relações tradicionais e de forte vínculo com o rio e a floresta. É o que acontece, por exemplo, com alguns espaços insulares, onde a difusão da atividade do turismo e do lazer mais programado para os moradores da Belém continental, por exemplo, difundem-se de maneira mais recorrente e a integrar as atividades para as quais as populações insulares começam a dedicar parte do seu tempo, especialmente nos finais de semana.

No outro extremo de expressão da vida insular ribeirinha estão os espaços mais estandardizados, cujas paisagens, interações e representações da vida cotidiana tendem a negar as relações enraizadas com o lugar, por vezes, inclusive, simulando-as, e incorporando, definitivamente, valores e elementos da psicosfera urbana. As nuances dessas expressões de vida insular podem ser mais bem percebidas na Figura 1.

⁹ Ainda que o método de interpretação considerado para efeitos da presente análise não esteja apoiado nas reflexões de Frémont (1980), as expressões de insularidades aqui reconhecidas são parcialmente inspiradas em formas de nomear diferentes espaços propostas por esse autor.

Figura 1 – Espaços insulares: esquema síntese

Autoria: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.
Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues.

Nesse conjunto imbricado de relações, uma tipologia dos espaços insulares pode ser reconhecida em Belém. O primeiro conjunto desses espaços é constituído pelas ilhas ribeirinhas, as que apresentam forte relação com o rio e com a floresta e com permanência da vida tradicional e dos enraizamentos culturais, próprios dos antepassados indígenas, quilombolas e caboclos, e que se perpetuam, nas práticas socioespaciais e nas vivências cotidianas, como verdadeiros espaços de representação, dos significados, dos imaginários, das projeções mais espontâneas da vida cotidiana, à maneira como foi definida teoricamente por Lefèbvre (1974). É o que acontece nas Ilhas Murutucu e Grande, onde a permanência da vida cabocla ribeirinha ainda é dominante.

As ilhas-subúrbio, o segundo tipo a ser considerado, são reconhecidas a partir da ideia de morar suburbano norte-americano, na qual se faz presente a ideia de fuga da cidade e de aproximação da natureza na interface entre rural e urbano. Isso tudo com base na difusão de um modo de morar que prima pelo conforto, pela presença do verde e pela habitação horizontal, ambientada em condomínios exclusivos, casas ajardinadas e loteamentos fechados, voltados, nesse caso, para estratos de alto e médio status social.

O melhor exemplo desse tipo de vida insular se faz presente como tendência na parte leste de Caratateua, onde foi construído o empreendimento Alphaville Belém. Nesse caso, busca-se reproduzir, com os mesmos elementos e concepção urbanística e arquitetônica, aqueles outros empreendimentos de mesmo modelo existentes em grandes metrópoles

brasileiras, ainda que a aposta, no caso belenense, esteja relacionada ao diferencial proporcionado pela vida insular supostamente ribeirinha em que o condomínio busca se inserir.

O terceiro tipo remete-nos às ilhas de lazer residual. Estas estão voltadas notadamente para o lazer da população mais pobre que, de alguma forma, ainda resiste às formas mais padronizadas de entretenimento, menos pela falta de vontade que pelas condições socioeconômicas, que dificultam o acesso às formas de lazer sofisticadas. Por essa razão, os espaços insulares que abrigam as práticas espaciais dessas populações mais pobres do espaço metropolitano de Belém são definidos por formas de lazer menos inseridas na programação cotidiana da vida, à maneira como sugere Lefèbvre (1991) ao discutir a “sociedade burocrática de consumo dirigido”, que tende a se massificar, cada vez mais, nas sociedades modernas.

Diferentemente, nos espaços insulares em referência, permanecem alguns usos anteriormente definidos para a vida insular mais tradicional que só parcialmente buscam ser adaptados ao novo ritmo metropolitano que nessas ilhas também se configuram. Destarte, nesses ambientes, parecem ser mais fortes elementos de tradição ribeirinha parcialmente reproduzida por uma população de menor poder aquisitivo de origem urbana. Neste caso, há uma tendência, dadas as condições de pobreza, de resguardar percepções e trocas cotidianas da vida insular local, se comparadas aquelas outras populações de médio e alto status que apenas furtivamente frequentam esses mesmos lugares, principalmente por se tratar de espaços estigmatizados pela frequência de uso e usuários diferenciados por suas condições socioeconômicas. A Ilha de Cotijuba, na porção oeste do Município de Belém, é bem representativa desse tipo de vida.

O quarto tipo a ser considerado são as ilhas de veraneio, normalmente espaços de segunda residência e voltadas sobretudo para o lazer e o ócio em feriados e férias escolares. Ainda que no plano da psicosfera, resguardem em muito os elementos da natureza como parte da paisagem bucólica que as caracteriza, os usos e as interações múltiplas dos seus frequentadores com os rios e a floresta mostram-se bastante comprometidos, posto que a contemplação e o lazer passam a ser os usufrutos marcantes nas formas de apropriação do potencial insular.

Daí a razão de os valores da vida urbana, e em especial metropolitana, fazerem-se bastante presentes, negando-se a vida ribeirinha que permanece difusa pelo conjunto insular, quase paralela ao lazer mais standardizado que tende a se impor, tal como acontece em Mosqueiro. Nesta, a vida metropolitana se intensifica, facilitada pela presença da ponte que a liga ao continente. De qualquer forma, não se pode dizer que a vida mais tradicional seja

anulada, haja vista a sua manifestação e, mais do que isso, a sua apropriação, pelas formas de lazer e turismo, que a elegem como o diferencial do espaço a ser desfrutado.

Por fim, têm-se as ilhas de visitação turística e de lazer metropolitano programado. Nessas ilhas passa a ser comum a circulação constante de lanchas e *jet-skis* com a presença de visitantes, muitos deles da própria cidade de Belém, que adentram os furos, os rios, os igarapés, principalmente nos fins de semana e feriados, para desfrutar da “presença da natureza” associada a práticas de lazer que cumprem roteiros muito parecidos, incluindo a circulação fluvial em pequenos barcos, as trilhas ecológicas, os banhos de rio ou de piscina e as refeições e drinks nos restaurantes e bares dispostos às margens fluviais.

Trata-se de um tipo de visitação por meio do qual o contato com a realidade insular mais profunda é bastante rarefeito, ainda que algumas atividades econômicas e culturais locais sejam incluídas como parte das formas de consumo proporcionadas pelo lazer que é programado. Poderíamos adjectivá-las como ilhas turísticas, tal como a Ilha do Combu, orientadas para o lazer turístico, voltado para a contemplação e para as atividades de entretenimento, repletas de valores extra locais.

Tais ilhas são compostas por um sistema de objetos cada vez mais artificializado - piscinas, campos de futebol, gramas artificiais, espaços para festas e atividades diversas etc. - bricolados a elementos da paisagem natural, que é dominante, e que se associam, no seu conjunto, a um sistema de valores metropolitanos que diferem flagrantemente da vida cotidiana local. Sintoma dessa condição é o uso dessas ilhas como cenários paisagísticos para filmagens e fotografias, que, mesmo mobilizando sujeitos locais, proporcionam pouca troca de experiências entre visitante e visitado.

É diante disso que desperta a atenção a forma como o planejamento e a gestão passam a tratar a vida insular belenense no contexto de seus planos e políticas urbanas, ambientais e de turismo; assunto que abordaremos em seguida.

As ilhas de Belém e o espaço concebido pelo planejamento e a gestão

Atualmente, o processo de modernização de Belém pode ser observado nas intervenções e políticas públicas, voltadas principalmente para a atração de investidores que se apoiam em três eixos: 1) beneficiamento e exportação de minério, assim como de outros produtos regionais (animais, vegetais, combustíveis, lubrificantes etc.) para mercados como o dos Estados Unidos, da Turquia, da China e da França (SEDEME, 2017); 2) expansão da construção civil e do

mercado imobiliário local (FAPESPA, 2015); 3) incremento de setores de comércio e de serviços, com destaque para a promoção do turismo (IBGE, 2012).

As políticas de turismo corroboram com o novo contexto desenvolvimentista, conferindo ao espaço local potencialidades no âmbito cultural, histórico e ecoturístico; neste último caso com destaque para o segmento de “sol e praia” (PARÁ, 2009). Tais políticas acabam por engendrar um “espaço concebido”, aquele da burocracia, do planejamento e da gestão (LEFÈBVRE, 1974), cuja morfologia social e aquela materializada nos seus elementos mais visíveis, a prático-sensível, induzem à concretização das intenções a partir daqueles eixos de desenvolvimento.

O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR), está entre as principais ações de incentivos econômicos ao turismo pensados para a Amazônia, comprometido a apresentar, por meio do Ministério do Turismo (MTUR), um plano estratégico de desenvolvimento de Áreas Turísticas (ATs) orientadas para o crescimento estratégico e dispostas a arrecadar investimentos através de financiamentos (PARÁ, 2011). Sua operacionalização, pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX) do Ministério do Planejamento, e a execução, por intermédio de recursos captados junto a agentes financeiros, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ocorre quando os programas regionais, mediante à análise do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) dos polos, são aprovados (BRASIL, 2011).

O atual plano de turismo chamado de Ver-o-Pará (PARÁ, 2011), com ciclo inicial entre os anos de 2011 e 2014, apresentou os primeiros resultados das metas e ações estabelecidas, como o aumento da receita turística nas visitas que passaram a ocorrer no Estado, fruto das ações de marketing e da participação em eventos. Houve ainda mudanças na estrutura organizacional da administração pública estadual, como a redefinição do papel da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). Após os três primeiros anos de implantação, muitas ações previstas não puderam ser concretizadas, aumentando o horizonte temporal do plano para até o ano de 2020.

As ilhas de Belém, dentro do Ver-o-Pará, constam na estruturação dos produtos voltados para o segmento de “sol e praia” e de “natureza”. Dentro da proposta de infraestrutura urbana, prevê para a porção insular a implantação de microssistemas de abastecimento de água; sistemas de esgotamento sanitário; usinas de compostagem com coleta seletiva; lixeiras para coleta de lixo; e banheiros públicos, duchas e projetos paisagísticos nas áreas de praia (PARÁ, 2011).

No que diz respeito à acessibilidade, são previstas ações no sistema de iluminação pública das trilhas ecológicas do Parque Ambiental de Mosqueiro; melhorias das estruturas físicas de trapiches, portos e terminais; e a pavimentação e/ou “revitalização” das vias de acesso às praias (PARÁ, 2011). Na matriz de investimentos em equipamentos de uso público, são esperadas ações de roteirização turística, apoio a rede de operadores receptivos e sinalização (PARÁ, 2011); intervenções que, de alguma forma, (re)ordenam o espaço, programando ainda mais a vida cotidiana das comunidades das ilhas para os interesses dos visitantes, muito mais em relação aos interesses dos moradores locais, que são atendidos secundariamente.

Das estratégias voltadas para a competitividade, no âmbito do Programa de Gestão Integrada, destacam-se os planos de desenvolvimento de atividades turísticas em áreas protegidas, com a inclusão de atividades de educação ambiental por meio do Programa Turismo Verde (PARÁ, 2011).

A previsão de investimentos para o desenvolvimento da atividade turística no Pará até o ano de 2020 foi de 44 milhões de reais, sendo 60% dos investimentos provenientes do BID e 40% do governo do Estado, abrangendo a distribuição dos recursos para os projetos a serem desenvolvidos nos três polos de desenvolvimento pensados pelo PDITS, a saber: Belém (Cidade de Belém e as ilhas de Mosqueiro, Caratateua, Cotijuba e Combu); Tapajós (Santarém e Belterra); e Marajó (Salvaterra, Soure e Ponta de Pedras), que surgem com o intuito de diversificar a oferta turística em vistas de atrair uma demanda nacional e internacional (PARÁ, 2011).

Contudo, o descrédito e a demora para a liberação dos recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR), assim como o início da implementação dos projetos, dificultam as tentativas de garantir as promessas realizadas quanto às melhorias da qualidade de vida e à geração de mais emprego e renda para as comunidades das ilhas. Essa situação se agrava, visto que não há uma divulgação detalhada a respeito do andamento das ações nos portais de transparência do governo federal, como o da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), na qual o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará encontra-se pendente de assinatura.

Ademais, o Governo do Estado criou uma série de instrumentos para elencar o turismo e a gastronomia entre as cadeias produtivas do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado, o Pará 2030 (PARÁ, 2016), lançado em 2016, cuja previsão de investimentos promete dobrar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB); o que deve gerar um incremento aproximado de 76 bilhões de reais nos próximos anos. Mediante a isso, a

SETUR firmou protocolos de intenções para concessão de créditos e incentivos fiscais para diversos segmentos empresariais, além da criação de rotas turísticas como a Belém-Bragança, a do Queijo do Marajó, a da Comida Ribeirinha, na região insular de Belém, e a do Peixe da Esquina, em Santarém (SEDEME, 2017).

Dentro, ainda, do contexto do plano Pará 2030 (PARÁ, 2016), a SEMAS passa a autorizar o Licenciamento Ambiental Simplificado, por meio do qual a emissão eletrônica do Licenciamento Prévio (LP), do Licenciamento de Instalação (LI), do Licença de Operação (LO) e da Licença de Regularização (LR), poderá ocorrer sem a necessidade de vistoria prévia, para atividades de baixo impacto ambiental. A exceção é para os chamados grandes projetos, considerados mais complexos, para os quais será exigida a apresentação dos Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos no Meio Ambiente (EIA/RIMA) (SEDEME, 2017).

Associado a essas estratégias, tem-se o incentivo a determinadas atividades econômicas que conferem, de maneira diferenciada, dinamismo a esses espaços, mas com certa tendência ao distanciamento da vida ribeirinha que neles ainda se manifesta. Os três circuitos da economia sugeridos por Santos (2004) podem ser identificados na caracterização desses espaços e na definição de estratégias de desenvolvimento para eles voltadas.

O primeiro deles, o circuito inferior, está associado às formas de reprodução social mais tradicionais existentes nas ilhas. Incluem-se as necessidades básicas e de sobrevivência econômica desenvolvidas pelas populações ribeirinhas, como o pequeno comércio e os serviços de artesanato, alimentícios, de transporte e de lazer. O circuito superior, por sua vez, associa-se principalmente às atividades turísticas e aos demais serviços que dão suporte ao uso do espaço por visitantes esporádicos ou regulares. Pela sua essência moderna, promove um volume de negócios de maior porte que mobiliza esquemas mais corporativos de reprodução econômica, assim como tecnologias mais modernas e maiores volumes de capital.

Na intermediação entre ambos, faz-se presente, igualmente, o que foi denominado por Santos (1994) de circuito superior marginal, que incorpora uma fração do mercado e das atividades pelas quais as grandes empresas não demonstram maior interesse; daí atraírem a atenção de grupos econômicos menores, que se voltam para atividades como pousadas, transporte e receptivo turístico, cuja dinâmica de funcionamento, ora apresenta elementos do circuito inferior, ora do circuito superior (SANTOS, 1994).

Assim, os circuitos econômicos acabam se projetando sobre as ilhas, caracterizando a complexidade de relações cotidianas que as definem no contexto metropolitano. O circuito

inferior, que predominava no passado, atrela-se paulatinamente aos outros dois, principalmente por refletir ações de um Estado cada vez mais corporativo, por meio do qual os investimentos públicos voltam-se primeiramente para as necessidades mercadológicas, conforme se pode perceber nas políticas públicas direcionadas para essa porção insular de Belém. Em planos de turismo como o Ver-o-Pará, priorizam-se atividades nos segmentos gastronômicos e de visitação em áreas protegidas, como as existentes nas ilhas, tornadas partes das principais estratégias de crescimento econômico (PARÁ, 2011).

As unidades de conservação localizadas na Região Metropolitana de Belém e especialmente aquelas localizadas na porção insular, geridas pelo governo estadual, tornam-se atrativas para aqueles fins, a exemplo da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (APA COMBU), criada em 1997, e do Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro (PMIM), unidade de conservação englobada pelas diretrizes do Plano Diretor do Município de Belém, no ano de 1993.

Os aspectos naturais e culturais das ilhas são constantemente reproduzidos na mídia empresarial e institucional local, como também em revistas especializadas do setor de viagens, projetando-se imagens de interesse ao consumidor de espaços turísticos. Nesse contexto, observa-se a influência de agentes capitalizados externos sobre os arranjos locais preexistentes, configurando-se o aumento da dependência do circuito inferior em relação ao superior, bem como a emergência do circuito superior marginal da economia, notado na formação de agências de receptivo turístico. Estas, ao comercializarem pacotes e roteiros personalizados do circuito superior nos espaços valorizados como potencialmente turísticos, permitem a determinados agentes atingir faixas geográficas de mercado sem necessariamente precisarem se instalar fisicamente nas regiões mais distantes dos seus escritórios centrais.

A atuação governamental em prol do circuito superior marginal ocorre por meio de projetos e ações que prestam assistência específica, levando pequenas empresas a um conhecimento mais sistemático das possibilidades técnicas e de mercado (BICUDO JÚNIOR, 2006). Quanto a isso, tem-se como referência a elaboração das Rotas Turísticas, criadas pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), que fornece apoio promocional, inventários de oferta turística, equipamentos e capacitações às prefeituras e aos estabelecimentos comerciais inseridos nos roteiros.

Parcerias com consultorias, como as oferecidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), também se somam a esses incentivos, pelo apoio técnico que disponibilizam para cursos e treinamentos. Esse modelo de acesso ao lazer, à

natureza e à cultura amazônica agrega elementos que passam a fazer parte do consumo de turistas, mas também de moradores da Belém continental, pouco integrados à vida insular.

Considerações finais

As ilhas belenenses, ainda marcadas pela circulação fluvial, pela presença de pequenos portos e por atividades ligadas ao circuito inferior da economia, com forte expressão cultural regional, vêm sofrendo com o incremento de atividades econômicas ligadas a uma nova lógica de consumo da natureza.

As comunidades das ilhas são inseridas em novos processos modernizantes que recaem sobre a região de maneira diferenciada e pouco sustentável, se considerarmos os interesses mais corporativos que definem as estratégias relacionadas a essa porção do espaço municipal belenense, com o apoio do poder público. Os habitantes locais, quando não são expulsos para espaços distantes dos de suas origens, assumem, em sua maioria, funções de caráter operacional básico, notadamente em subempregos e contratações temporárias; tendências essas que são reforçadas pelas políticas públicas instrumentalizadas por meio de planos de desenvolvimento regionais e locais que tematizam a relação sociedade e natureza a partir na noção de sustentabilidade.

Assim, os múltiplos usos dos rios e da floresta nas ilhas, parecem se reduzir, tornando diferenciadas as expressões de insularidades que aí se fazem presentes. Em um extremo, ainda se pode constatar aquelas de natureza mais ribeirinha, mas a projeção de atividades das diversas nuances do circuito superior, apoiadas e incentivadas pelas políticas governamentais, tendem a conduzir ao distanciamento dessas práticas mais enraizadas em direção àquelas de natureza mais programada para atender a demandas metropolitanas locais e distantes, que definem outras insularidades inclinadas tão somente a práticas socioespaciais à beira-rio, onde a natureza é sinônimo principalmente de lazer e de contemplação.

Impõe-se, portanto, a necessidade de um olhar particularizado, diferenciado e menos etnocêntrico a respeito desses espaços, de modo a evitar um aniquilamento das diferenciações e particularidades de natureza ambiental, econômica e cultural, que sinalizam para pensar espaços (insulares) mais cidadãos (SANTOS, 1987). A condição de indivíduo-cidadão aqui se sobrepõe à condição de indivíduo-consumidor, assim como, a tendência ao reconhecimento da diferenciação desses espaços torna-se um pressuposto à não aceitação de uma possível homogeneização que se impõe por meio de diretrizes de desenvolvimento concebidas a partir de uma dada forma de urbanidade que se pretende irreversível.

É dessa maneira que as vivências insulares, na sua diversidade, podem vir a se tornar pontos de partida para pensar e conceber espaços plenos de valores cidadãos, posto que apoiados na vida cotidiana, nas diferentes relações entre sociedade e natureza e em um olhar menos etnocêntrico da vida urbana em relação às ilhas de Belém.

Referências

ANA. Agência Nacional de Águas. **Base de dados da rede hidrometeorológica nacional**. Brasília: ANA, 2016. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/mapa_hidroweb.jsf. Acesso em: 06 fev. 2018.

BARATA, P. A.; BARATA, P. B. Este rio é minha rua. In: CAVALCANTE, V. **Ruy Paranatinga Barata: história, livros, poemas, músicas**. Belém: Cultura Pará, s.d. Disponível em: <http://www.culturapara.art.br/rbarata/ruy.htm>. Acesso: 24 mar. 2020.

BECKER, B. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BELÉM. Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990. **Diário Oficial do Município de Belém**. Belém, PA, 31 mar. 1990. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BEZERRA NETO, J. M. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na Província do Grão Pará, 1840/1860. **Topóii**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-112, jan. 2001.

BICUDO JÚNIOR., E. C. **O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro**. 2006. 305f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria n. 246, de 8 de novembro de 2011. Estabelece critérios para investimentos no Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional – PRODETUR NACIONAL. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 236, 9 dez. 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=106>. Acesso em: 19 out. 2017.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. Formação socioeconômica do Estado do Pará. In: CASTRO, E.; CAMPOS, I. (Orgs.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015, p. 401-482.

COSTA, G. G. As cidades amazônicas na América Portuguesa. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 5, 2013, Petrópolis. **Anais eletrônicos...** Petrópolis: UFRJ, 2013. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/59681.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DERGAN, J. M. B. **História, memória e natureza: as comunidades da Ilha de Combu – Belém (PA) 1980-2006**. 2006. 217f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) -

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

EMMI, M. F. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos italianos. In: Aragón, L. (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2009.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003 – 2009**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, n. 18, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Turismo/2003_2009/EcoTurismo2003_2009.pdf. Acesso em: 14 dez. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bases de dados cartográficos contínuos**. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bcim/versao2016/shapefile/. Acesso em: 06 fev. 2018.

LAENA. Laboratório de Análises Espaciais Professor Doutor Thomas Hurtienne, do Nucleo De Altos Estudos Amazônicos. **Base de dados espaciais**. Belém: LAENA, 2018.

LEFÈBVRE, H. **La producción de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFÈBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. (Série Temas, 24, Sociologia e Política).

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 1999.

MACÊDO, S. C. F. **Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. 2009. 227f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MARIN, R. E. A. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Papers do NAEA**, Belém, ano 5, n. 153, p. 1-29, out. de 2000.

MIRANDA, L. M. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor & Engenho**, Campinas, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.conpadre.org>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MOREIRA, E. Sentido econômico da fundação de Belém. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, p. 309-313, dez., 2010.

NÓBREGA, W. R. M. **Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém-Pa**. 2006. 157f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, Núcleo de Turismo e Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZONIA. **Ribeirinhos das ilhas de Belém**. Manaus: PNCSA/UFAM, 2008, 11 p. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, 8).

PARÁ. Lei n. 7.026, de 30 de julho de 2007. Altera dispositivos da Lei nº 5.752, de 26 de julho de 1993, que dispõe sobre a reorganização e cria cargos na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Belém, n. 211, 30 jul. 2007. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2007/07/30/9773/>. Acesso em: 27 jan. 2018.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. **Diagnóstico da área e das atividades turísticas do Pólo Belém – PA**. Belém: PARATUR; CHIAS Marketing, 2009.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Plano Ver-o-Pará**: plano estratégico de turismo do Estado do Pará: 2012-2002 – Relatório Executivo. Belém: Chias Marketing Consultoria, 2011.

PARÁ. Decreto nº 1.570, de 29 de junho de 2016. Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 33.159, 30 jun. 2016.

PERES, E. S.; AZEVEDO, A. D. M. A presença negra na Amazônia: um olhar sobre a vila de mangueiras em Salvaterra (PA). **Revista Marupíira**, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/marupiira/article/view/909>. Acesso em: 05 jan. 2018.

RODRIGUES, E. T. **Organização comunitária e desenvolvimento territorial**: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia. 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Educ, 1994.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos, 4).

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. (Coleção Milton Santos, 1).

SEDEME. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. **Balanco do primeiro ano do programa Pará 2030**. Belém: SEDEME, 2017.

SILVA, M. A. S. **A extinção da companhia de comércio e o tráfico de africanos para o estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em

História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUSA, J. O. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 6, n. 6, p. 1-18, 2002.

TAVARES, D. R. As influências da Belle-Époque e a prática de educação patrimonial em Mosqueiro. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: SNH, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/site/anais>. Acesso em 14 jan., 2017.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016. (Col. Belém 400 Anos).

Recebido em 18 de dezembro de 2019

Aceito em 27 de fevereiro de 2020

Publicado em 20 de abril de 2020